



Residência pedagógica: uma iniciativa promissora

23/10/2017 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 318, de 23 de outubro de 2017

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

Entre as diretrizes do 2º Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, identificamos dois itens da maior importância para a educação básica: melhoria da qualidade da educação e valorização dos profissionais da educação.

Por outro lado, o PNE contempla metas e estratégias indispensáveis para o cumprimento dessas diretrizes.

A Meta 15 pretende garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.384, de 1996, a LDB, assegurando que todos os professores da “educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Pretendia, porque essa meta não foi alcançada.

O governo que aprovou o 2º PNE não desenvolveu ações nesse sentido. O atual governo, tendo Mendonça Filho à frente do Ministério da Educação, com apoio da secretária-executiva, Maria Helena Guimarães de Castro, está pondo em prática ações que visam cumprir essa Meta, mesmo que fora do prazo estabelecido em Lei, no primeiro ano de sua gestão.

No último dia 18, o MEC lançou a Política Nacional de Formação de Professores, tendo por objetivo essa e outras metas do PNE referentes à formação do magistério

para a educação básica e a consequente valorização dos profissionais que atuam nesse nível educacional, com ênfase na formação docente.

A política abrange desde a criação de uma Base Nacional Docente até a ampliação da qualidade e do acesso à formação inicial e continuada de professores da educação básica. A novidade dessa iniciativa é a criação do Programa de Residência Pedagógica, com a oferta inicial, em 2018, de 80 mil vagas.

Ao lançar esse programa, o ministro Mendonça Filho deu ênfase à boa e fundamental formação de professores, que deve provocar “um impacto direto dentro da sala de aula, principalmente, na questão da qualidade do ensino e do aprendizado das crianças e jovens nas escolas de educação básica do Brasil”. A residência pedagógica, no entender do ministro da Educação, “é um caminho que vai facilitar a amplitude do conhecimento prático profissional” e a substancial melhoria da qualidade do ensino na educação básica.

A execução desse programa, todavia, necessita de parcerias com instituições de ensino superior (IES), convênios com redes públicas de ensino e a adesão dos sistemas de ensino dos entes federados e dos municípios. Estes são os que atuam mais fortemente na educação infantil e no ensino fundamental. Dessa complexa estratégia vai depender o êxito da iniciativa do ministro Mendonça Filho.

Na apresentação do Programa de Residência Pedagógica, a secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, destacou a importância da qualidade do professor na melhoria do aprendizado. Na oportunidade, a secretária-executiva afirmou que as “pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado”, não importando as “diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes”. Reconhece que a qualidade do professor é a questão central para a melhoria substancial de uma educação pública de qualidade.

A secretária-executiva do MEC divulgou índices, registrados pelo último Censo da Educação/2016, que indicam a necessidade urgente de implantação da política de formação dos professores e do Programa de Residência Pedagógica. Esses dados dão notícias de que, dos 2.196.397 professores da educação básica do país, mais de 480 mil só possuem ensino médio e mais de 6 mil, apenas o ensino fundamental. Outros 95 mil têm formação superior, mas sem a formação para o exercício do magistério. Dos 1.606.889 que possuem formação em licenciatura, muitos não atuam em sua respectiva área de formação.

Esse desolador retrato de nossa educação básica pública até agora não tinha sido enfrentado, com a vontade política da atual gestão do Ministério da Educação.

Em blog anterior, abordei a questão da formação prática de professores nas licenciaturas, que deveria ser realizada nas práticas de ensino, sob a forma de estágio supervisionado. Todavia, esses estágios não merecem a avaliação ampla que deveria. Os cursos de Pedagogia, em especial, que formam professores para a educação infantil e as primeiras séries do ensino fundamental, são cursos profundamente teóricos e, com raras exceções, impregnados por ideologias que não

formam o cidadão para o livre exercício da cidadania e, por consequência, não estarão aptos à atuação democrática na educação básica.

A Residência Pedagógica, caso a sua implementação seja monitorada e avaliada periodicamente, é uma das mais saudáveis estratégias para a melhoria de qualidade da educação. Não é e nem pode ser a única, mas já é um bom início para ações concretas com esse objetivo, desejado por todos os brasileiros que entendem a educação básica como prioridade das prioridades para os destinos de nosso País.

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

**Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim
Diretor da Escola Normal Caetano de Campos
Educador e Inspetor de Alunos, 1909
Irmão do fundador do
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
Pedro Augusto Gomes Cardim.**